



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002710-56.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
Requerente: **Marta Aparecida Siqueira**
Requerido: **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido imóvel da ré sem que ele lhe fosse entregue no prazo avençado.

Alegou ainda que a ré lhe dirigiu cobrança por parcelas de um "kit acabamento", mas ressaltou que nada deve a esse título.

Duas são as questões que se colocam a exame.

A primeira delas concerne à entrega pela ré do imóvel adquirido pela autora, apurando-se no decorrer do feito que isso já sucedeu.

Nesse sentido, o documento de fl. 63 confirma a entrega das chaves do imóvel à autora, não tendo esta ofertado qualquer impugnação a propósito (fl. 88), mesmo advertida de que o cumprimento de tal obrigação se presumiria então (fl. 80).

Essa conclusão em consequência se impõe.

Já a inexigibilidade da dívida relativa ao "kit acabamento" foi reconhecida pela ré ao salientar que a obrigação no particular está quitada (fl. 17, quarto parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade da dívida cobrada da autora relativa ao "kit acabamento", bem como para condenar a ré a entregar à autora as chaves do imóvel em pauta, dando já por cumprida tal obrigação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**